



RELAÇÕES EXTERIORES

Pix, terras raras e facções em pauta na Casa Branca

Lula e Trump têm encontro marcado em Washington amanhã. Entre os temas da visita estão a cooperação para combate ao crime organizado, a oposição americana ao sistema de pagamento digital do Brasil e a negociação para exploração de minerais críticos

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca hoje, às 13h, rumo aos Estados Unidos, onde pretende se reunir com o presidente Donald Trump, em Washington. O encontro, cercado de cautela por parte do Planalto, está previsto para amanhã e terá como principais temas a cooperação entre os dois países para o combate ao crime organizado, as investigações em curso sobre o Pix e a negociação de um acordo para exploração de terras raras.

O Executivo mantém uma descrição pouco usual sobre a reunião. As viagens presidenciais costumam ser divulgadas com antecedência, especialmente quando há encontros com chefes de Estado. Porém, o Planalto decidiu não divulgá-lo até que a própria Casa Branca chancelasse a conversa, temendo que a gestão Trump volte atrás e cause constrangimento a Lula. A confirmação veio ontem à noite.

O governo brasileiro quer se contrapor às movimentações da gestão Trump para classificar o PCC e o CV como organizações terroristas. O Departamento de Estado americano já declarou considerar essas facções como ameaças e defendeu que a classificação pode permitir medidas mais duras contra ativos que estejam em solo americano. O Brasil, por sua vez, teme que a mudança sirva como pretexto para intervenções no território nacional, como ocorreu no México, na Venezuela e na Colômbia.

“Esse é um tema que o presidente Lula já levou ao presidente Trump, e vai levar de novo”, comentou ontem o vice-presidente Geraldo Alckmin em entrevista à GloboNews. A estratégia do governo federal é apresentar medidas para ampliar a cooperação

Ricardo Stuckert/PR



Os presidentes Trump e Lula se encontraram em outubro do ano passado, em Kuala Lumpur, na Malásia

com os EUA no combate ao crime organizado, especialmente asfixiando o financiamento das facções. Seria uma ampliação do acordo anunciado em abril, com troca de informações em tempo real. Ao demonstrar dar prioridade para o combate ao crime, o Brasil espera demover Trump de seguir com a mudança de classificação.

Concorrência

Outro ponto central do encontro será a investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio, que mira o Pix e acusa o mecanismo de pagamento digital de promover uma concorrência desleal com empresas americanas, especialmente as bandeiras de cartão de crédito. “Essa é uma preocupação. Por isso, eu destacaria que é um dos pontos prioritários

dessa conversa”, comentou Alckmin. Para ele, o Pix “é um sucesso” e causa “inveja” em outros países do mundo. A investigação dos EUA pode levar a novas sanções econômicas contra o Brasil.

Também está na mesa a negociação para permitir que empresas americanas explorem as reservas brasileiras de terras raras e minerais críticos. No entanto, a proposta apresentada pelo governo americano ainda é vista com cautela pelo Brasil. “O presidente Lula tem colocado que não tem tema proibido. Então, vamos conversar. Big techs, terras raras, data centers. Você tem a política tarifária, não tarifária. Você tem aí uma agenda importante”, comentou Alckmin.

Será a primeira vez que Lula e Trump se encontram em Washington, e a segunda em que conversam pessoalmente. O encontro

foi combinado durante um telefonema em janeiro e chegou a ser marcado para meados de março, mas acabou adiado após o início da guerra do Irã. As equipes diplomáticas, entretanto, mantiveram contato.

Lula deve embarcar com uma comitiva pequena, acompanhado dos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e da Justiça, Wellington César Lima e Silva, além do chanceler Mauro Vieira. A volta ao Brasil está prevista para sexta-feira.

Momento político

Embora com posições antagônicas, Lula e Trump compartilham de situação política interna semelhante: os dois registram quedas na popularidade em ano eleitoral.

No caso do presidente dos Estados Unidos, uma pesquisa do Washington Post-ABC



O presidente Lula tem colocado que não tem tema proibido. Então, vamos conversar. Big techs, terras raras, data centers. Você tem a política tarifária, não tarifária. Você tem aí uma agenda importante”

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

News-Ipsos, mostrou que sua desaprovção atingiu recorde de 62%. O levantamento, divulgado no último domingo, indicou queda na popularidade a menos de seis meses das eleições de meio de mandato, em novembro, quando os norte-americanos vão eleger seus parlamentares.

Contra a popularidade de Trump pesam o aumento de custo de vida e o fato de o líder da Casa Branca protagonizar o conflito armado contra o Irã.

No caso de Lula, pesquisas recentes têm mostrado que ele está em empate técnico com o senador Flávio Bolsonaro (PL) a cinco meses das eleições presidenciais de outubro.

Segundo o levantamento do Instituto Real Time Big Data, divulgado ontem, Lula estaria atrás numericamente de Flávio com 43% ante 44%.

Memória

Acordo dos países contra o crime

No mês passado, os governos do Brasil e dos Estados Unidos firmaram um acordo de cooperação para intensificar o combate ao crime organizado transnacional, com ações que miram a interceptação de cargas ilícitas de armamentos e de drogas transportadas entre esses dois países. Entre as medidas, está a adoção de um programa para compartilhamento de informações em tempo real.

O acordo avançou após o governo Trump sinalizar a intenção de que facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), sejam classificadas como terroristas, iniciativa que é rejeitada pelo governo Lula. O acordo, que busca integrar esforços de inteligência e intensificar operações conjuntas, está inserido no contexto do diálogo iniciado entre Lula e Donald Trump, integrando uma agenda mais ampla de cooperação bilateral voltada ao enfrentamento do crime organizado transnacional.

Na prática, a ideia é que a iniciativa, denominada projeto MIT (Mutual Interdiction Team), funcione como uma cooperação mútua, encabeçada pela Receita Federal, que tem interlocução direta com a Polícia Federal, e pelo U.S. Customs and Border Protection (CBP), agência de fronteiras dos EUA.

As autoridades citam como exemplo a descoberta de um contêiner com uma peça de fuzil vinda da Flórida. Em casos assim, o objetivo é que os americanos sejam comunicados imediatamente, para também conduzir investigações a partir do ponto de origem.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O soft power de Flávio Bolsonaro em busca dos votos voláteis do centro

Por definição, a expressão soft power, ou seja, “poder brando”, é usada nos meios diplomáticos para explicar a capacidade de um país influenciar o comportamento e as preferências de outras nações por meio da atração e persuasão, em vez de coerção militar ou econômica (hard power). Ou seja, tudo ao contrário do que faz o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O termo foi criado por Joseph Nye, que foi professor e reitor de Harvard, o pioneiro ao defender a projeção de poder de forma intangível, por meio da música, do cinema, da gastronomia, da literatura, da cooperação e do humanismo, entre outras formas. É uma estratégia para ganhar “corações e mentes” em vez de território. O bolsonarismo não tem nada a ver com o soft power, certo? Errado. Um vídeo de Flávio Bolsonaro que viraliza nas redes mostra o principal candidato de oposição em contraponto, digamos, imagético, ao próprio pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O candidato da extrema-direita se apresenta como principal polo de oposição moderada ao governo Lula, com foco na conquista do eleitorado de centro, a partir de uma narrativa de crítica à gestão

econômica e à crise de governabilidade. A peça enfatiza a ideia de que o país vive um momento de esgotamento político, marcado por escândalos, inflação persistente e perda de poder de compra. Flávio Bolsonaro busca dialogar com o sentimento difuso de insatisfação presente nas pesquisas de opinião.

Dirigindo o próprio carro, apresenta-se como um cidadão comum, dedicado à vida familiar em primeiro lugar. Evita o tom ideológico e aposta numa abordagem mais pragmática, voltada à classe média e aos eleitores indecisos. Ao mesmo tempo em que associa sua imagem a ordem, eficiência administrativa e responsabilidade fiscal, explora a percepção de fragilidade do governo no Congresso. As referências ao bolsonarismo são indiretas e suavizadas; o perfil é institucional, menos militante.

Flávio Bolsonaro ainda busca um marqueteiro para chefiar sua campanha, porém, Marcos Carvalho, estrategista digital de Jair Bolsonaro em 2018, é quem já cuida das redes sociais. O rumo da campanha está dado, tem a cara do coordenador, senador Rogério Marinho (PL-RN), e não dos irmãos Carlos e Eduardo. O vídeo

sugere que há espaço para mudança, reforça a ideia de que Flávio Bolsonaro pode re-presentar uma alternativa viável; procura neutralizar resistências, evita temas polarizadores e prioriza a estabilidade e a previsibilidade. O objetivo é capturar o eleitor moderado, que hoje oscila entre rejeições e busca uma opção competitiva fora do campo governista.

É esse eleitor que anda fugindo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O cenário eleitoral captado pela pesquisa Realtime Big Data divulgada ontem, mostra porque a estratégia de Flávio Bolsonaro é uma ameaça à reeleição do petista. O país está preso entre rejeições elevadas, polarização persistente e ausência de uma alternativa capaz de reorganizar o centro.

Swing voters

Os dados revelam um sistema travado, no qual a disputa segue sendo estruturada mais pelo antagonismo do que pela construção de maiorias sociais estáveis. Nesse ambiente, o soft power da extrema-direita não chega a ser uma surpresa, porque na política brasileira o que se fala, na maioria das vezes,

não é o que se faz. Mas sua capacidade de penetrar no eleitorado flutuante, não por adesão ideológica, mas por captura do descontentamento, não pode ser subestimada.

No primeiro turno, Lula aparece com 40% das intenções de voto, contra 34% de Flávio Bolsonaro, enquanto Ronaldo Caiado e Romeu Zema pontuam apenas 5% e 4%, respectivamente. A fragmentação do campo alternativo é evidente. Mesmo quando o cenário muda, Lula recua a 38% e Flávio a 33%, mantendo-se praticamente inalterada a lógica de dispersão do centro. Ou seja, há uma oferta de candidaturas, mas não há um polo competitivo capaz de romper a polarização.

O dado mais revelador, entretanto, está no segundo turno. Flávio Bolsonaro aparece com 44% contra 43% de Lula, em empate técnico com leve vantagem para a candidatura de direita. Mais do que a fotografia, importa o movimento: entre março e maio, Flávio cresce de 41% para 44%, enquanto Lula oscila de 42% para 43%, graças ao eleitor moderado, exatamente aquele grupo que o cientista político Carlos Melo, ontem, em artigo no Globo, descreveu como os swing voters, que

migram conforme o humor do momento.

No centro político, diferente dos “indecisos”, esses eleitores são conscientes e escolhem quem melhor representa seus interesses naquela conjuntura. Nesse contexto, as candidaturas de Ronaldo Caiado e Romeu Zema assumem um papel peculiar. Os números mostram que são intercambiáveis com Flávio Bolsonaro. Vão levar a eleição para o segundo turno, mas Lula não pode contar com eles.

O presidente mantém sua base social tradicional, ancorada nos estratos de menor renda, mas enfrenta limites claros para expandir sua coalizão. A rejeição elevada e a percepção de governo estreito dificultam o diálogo com o eleitor moderado. Como sugere Melo, Lula parece ter subestimado a necessidade de reconstruir pontes com esse segmento, apostou num capital político que já não possui. Seu isolamento relativo é agravado porque o Congresso ampliou seu poder e reduziu a capacidade de coordenação do Executivo. Nesse cenário, o Centro opera como força autônoma, à espera da hora certa de apoiar quem vai ganhar.